

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 28 de janeiro de 2025 às 07h51
Seleção de Notícias

IT Forum | SP

Direitos Autorais

Deezer: 10 mil músicas lançadas por dia são geradas por IA	3
REDAÇÃO	

Jota Info | BR

Marco regulatório | INPI

Juiz determina que Casas Bahia deixem de usar nome VVLOG por uso indevido de marca	4
MIRIELLE CARVALHO	

Folha de S. Paulo | BR

28 de janeiro de 2025 | Marco Civil

Governo Lula discute novo projeto para redes com regras de remoção de conteúdo	6
POLÍTICA	

Deezer: 10 mil músicas lançadas por dia são geradas por IA



Empresa francesa anunciou ferramenta de detecção de inteligência artificial em músicas para aumentar transparência e proteger **direitos** autorais

O serviço francês de streaming de música Deezer anunciou na sexta (24) que implementou uma ferramenta de detecção de música gerada por inteligência artificial. Segundo a empresa, cerca de 10 mil faixas lançadas na plataforma diariamente são totalmente geradas por IA, o que corresponde a aproximadamente 10% do conteúdo publicado.

Segundo a Deezer, a tecnologia estava em desenvolvimento há um ano. O objetivo é detectar conteúdo gerado por IA para aumentar a transparência tanto para ouvintes quanto para criadores.

"A IA generativa tem o potencial de impactar positivamente a criação e o consumo de música, mas seu uso deve ser orientado por responsabilidade e cuidado para proteger os direitos e a receita dos artistas e compositores", diz em comunicado Alexis Lantier, CEO da Deezer. "No futuro, nosso objetivo é desenvolver um sistema de marcação para conteúdo totalmente gerado por IA e excluí-lo das recomendações algorítmicas e editoriais."

LinkedIn utiliza ferramentas baseadas em IA para melhorar recrutamento

A ferramenta pode, segundo a criadora, detectar música criada artificialmente a partir de diversos mo-

delos generativos, como Suno e Udio, com a possibilidade de adicionar capacidades de detecção para "praticamente qualquer outra ferramenta", desde que haja acesso aos dados de treinamento. A Deezer diz ter feito progresso na criação de um sistema com maior capacidade de generalização, para detectar conteúdo gerado por IA sem a necessidade de treinamento em um conjunto de dados específico.

"Nos propusemos a criar a melhor ferramenta de detecção de IA do mercado, e fizemos progressos incríveis em apenas um ano", explica Aurelien Herault, Chief Innovation Officer da Deezer. "As ferramentas que estão no mercado hoje podem ser altamente eficazes, desde que sejam treinadas em conjuntos de dados de um modelo de IA generativa específico, mas a taxa de detecção diminui drasticamente assim que a ferramenta é submetida a um novo modelo ou novo conjunto de dados."

Além de criar um sistema de marcação para conteúdo gerado por IA, a Deezer pretende desenvolver a ferramenta para detectar vozes de deep fakes. Segundo a empresa, a iniciativa faz parte de um plano da Deezer de promover "a justiça e a transparência" na indústria da música. Desde outubro de 2024 a empresa é signatária de uma declaração global sobre treinamento e uso não licenciado de obras criativas para treinar IA generativa.

Juiz determina que Casas Bahia deixem de usar nome VVLOG por uso indevido de marca



O juiz Mário Henrique Silveira de Almeida, da 2ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de Santa Maria (DF), determinou que as empresas VVLOG Logística LTDA (ASAP Log - Logística e Soluções LTDA) e Grupo Casas Bahia S.A. (Via Varejo) deixem de utilizar as marcas "VVLOG LOGÍSTICA" e "ENVVIAS POR VVLOG" em qualquer meio ou atividade empresarial, sob pena de multa diária de R\$ 3 mil, limitada a R\$ 1 milhão. A determinação do magistrado ocorreu após a empresa "VLOG Transporte de Cargas e Logística LTDA" ter solicitado a abstenção do uso indevido da marca por partes das empresas.

Na sentença, Almeida também ordenou a remoção das marcas de mídias sociais, sites eletrônicos, roupas, cartões e caminhões. Segundo ele, após exame profundo, foi possível verificar que as marcas utilizadas pelas empresas têm aspectos muitos semelhantes aos da marca da autora da ação, causando confusão aos consumidores, gerando danos e infringindo o direito de exclusividade da VLOG Logística Ltda.

Assine gratuitamente a newsletter Últimas Notícias do JOTA e receba as principais notícias jurídicas e políticas do dia no seu email

Ele estabeleceu, também, que as empresas paguem

indenização à autora da ação, solidariamente, a título de danos materiais, a ser apurada em liquidação de sentença, até o limite de R\$ 50 mil. Além disso, que elas paguem, solidariamente, indenização a título de danos morais, no valor de R\$ 5 mil para cada uma, totalizando R\$ 10 mil.

A VLOG Transporte de Cargas e Logística LTDA afirma no processo que registrou a marca 'VLOG LOGÍSTICA' junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (**INPI**), com data de depósito em 4 de abril de 2019, sendo o pedido julgado procedente pelo instituto, com data da concessão em 17 de março de 2020, possuindo assim os direitos de exploração da marca até 17 de março de 2030.

Sustenta que as empresas VVLOG Logística LTDA e Via Varejo atuam em grupo econômico e que tentaram registrar a marca "VVLOG" e "ENVVIAS POR VVLOG" junto ao **INPI**, mas houve indeferimento pelo órgão justamente em razão da semelhança com a marca da autora da ação já devidamente registrada e em vigência.

Contudo, conforme argumenta, de forma ilícita o grupo econômico continuou a utilizar indevidamente a marca "TRANSPORTADORA VVLOG", realizando os serviços de transporte em favor das empresas pertencentes à época ao Grupo Via Varejo, tais como a Loja Casas Bahia. Desse modo, a VLOG Transporte de Cargas e Logística LTDA diz que passou a ter o seu direito violado pelo uso de marca indevido por parte do grupo econômico e, além disso, passou a ser confundida pelos consumidores, em decorrência da semelhança existente entre as marcas.

Ademais, sustenta que em razão da "má prestação de serviços" por parte da VVLOG, marca de nome semelhante, precisou elaborar um comunicado, dada a grande quantidade de reclamações, para tentar esclarecer a confusão causada, uma vez que os con-

Continuação: Juiz determina que Casas Bahia deixem de usar nome VVLOG por uso indevido de marca

sumidores em procura de respostas acerca de suas compras, entravam em contato com a marca registrada, de forma errônea.

Além disso, diz que são inúmeros os contatos realizados com a empresa em decorrência da confusão criada pelo grupo econômico, o que prejudica o seu funcionamento empresarial, bem como diminui a sua reputação e credibilidade no mercado, levando à perda de fornecedores e clientes. Ainda pontua que já se tem diversos comentários negativos direcionadas às marcas semelhantes, mas constando a sua marca no site de reclamações 'Reclame Aqui'.

Conheça o JOTA PRO Poder, uma plataforma de monitoramento político e regulatório que oferece mais transparência e previsibilidade para empresas

'Proteção constitucional legal'

Ao julgar o caso, o juiz Mário Henrique Silveira de Almeida afirmou que as patentes, **desenhos** industriais, marcas, **know** hows, entre outros elementos do direito marcário possuem proteção constitucional e legal, admitindo que o titular restrinja ou cobre valores pelo seu uso.

De igual modo, o magistrado diz que há proteção em relação às marcas e sinais semelhantes, que causem confusão aos terceiros que contratem com o proprietário da marca registrada, como fornecedores, consumidores e público em geral. Por isso, afirma que a Lei proíbe o registro e o uso de "marcas" que causem confusão em relação à outras marcas já registradas.

Para ele, ficou evidenciado que a utilização das marcas pelo grupo Casas Bahia causou confusão aos consumidores, em razão de referirem-se ao mesmo setor de atuação - logística - e de ter grande semelhança fonética. Segundo Almeida, os prints de sites de reclamação de consumidores evidenciam a confusão gerada aos consumidores, com associação da marca

da requerida como se fosse a marca da autora da ação.

"Os elementos materiais constantes dos autos, especialmente a apreciação técnica feita pelo **INPI**, a confirmação da confusão entre consumidores e a indicação dos requeridos no sentido de que iriam cessar o uso das marcas impugnadas, demonstram de forma insofismável que as marcas impugnadas infringem à legislação marcária, violam os direitos do autor e causam confusão em terceiros, por reproduzirem diversos aspectos objetivos das marcas registradas pelo autor", destacou o magistrado.

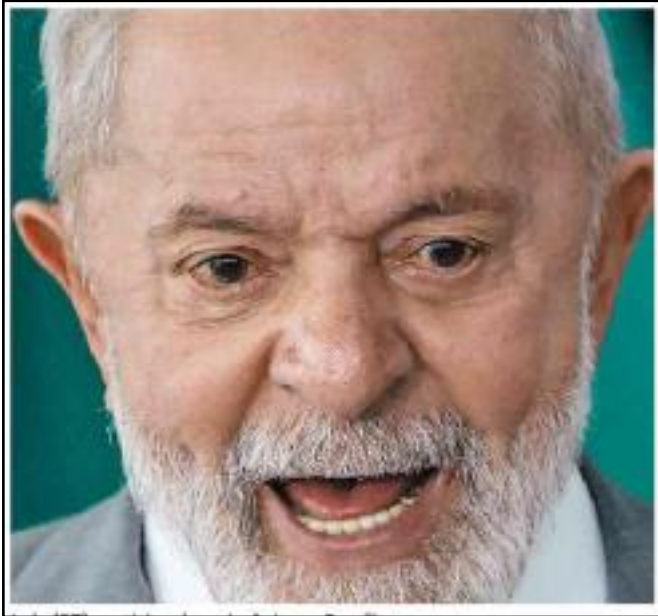
Ao concordar com o pedido de indenização por danos morais, Almeida pontuou que no caso houve demonstração que a utilização indevida de marcas pelo grupo econômico gerou confusão nos consumidores, que passaram a ter visão depreciada dos serviços realizados pela Vlog Transporte de Cargas e Logística Ltda., afligindo a honra objetiva da companhia.

Para Vitor Batista, do escritório especializado em Direito Empresarial Vítor Batista Advocacia, um dos advogados responsáveis pela defesa da Vlog Logística Ltda., em tempos de "tão pouca segurança jurídica", a sentença traz um alento. "O processo ainda não acabou, mas já vencemos a fase mais importante. O primeiro grau define muito as regras do jogo, principalmente num processo como esse, 'brigando' com empresas tão grandes e no qual já temos uma prévia da possível decisão do tribunal. Ver a lei ser aplicada para a proteção de uma marca que fez seu dever de casa buscando o registro prévio e ver a justiça ser feita, não tem preço", afirmou Batista.

Procuradas, as Casas Bahia não responderam até a publicação desta reportagem. O espaço segue aberto. O processo tramita com o número 0712169-73.2023.8.07.0010 no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT).

Governo Lula discute novo projeto para redes com regras de remoção de conteúdo

POLÍTICA



Lula (PT) participa de cerimônia em Brasília

Ministérios estudam proposta de regulamentação para plataformas digitais na esteira de decisão da Meta sobre políticas de moderação

DIUILU DURUM SSIall, Wwalld OCavVvla e Marianna Holanda

BRASÍLIA O governo Lula (PT) discute um novo projeto para regular plataformas digitais e definir a responsabilidade das empresas sobre o conteúdo publicado nas redes. A proposta estabelece critérios para a remoção de postagens que violam leis já existentes e para o combate a discursos de ódio e desinformação em massa.

As conversas sobre esse texto começaram nas últimas semanas, na esteira da crise sobre o Pix e da decisão da Meta de flexibilizar controles de conteúdo em suas plataformas, como o Facebook e o Instagram. Nos primeiros dois anos de mandato, o governo tentou aprovar no Congresso uma proposta sobre o tema, o PL das Fake News, mas fracassou.

O novo projeto em estudo prevê que as plataformas estejam submetidas a um dever de precaução, semelhante ao modelo europeu do "dever de cuidado", com a atribuição de remover conteúdo considerado criminoso, sem necessidade de decisão judicial. Caberia ao governo fiscalizar o cumprimento geral das regras pelas empresas.

A linha central do projeto estipula que o controle seja feito pelas próprias plataformas no caso de conteúdo ilícito, desde violações do direito do consumidor a pedofilia e terrorismo. A intenção do governo, nesse ponto, seria restringir a moderação a crimes já previstos na legislação brasileira e tentar reduzir a resistência de grupos que apontam a regulação como uma trilha para a censura.

O texto, no entanto, abre caminho para que as plataformas sejam obrigadas a tomar medidas em relação a postagens com "desinformação sobre políticas públicas". As empresas teriam o dever de agir quando receberem notificações extrajudiciais, além de combater a distribuição em massa de material dessa natureza.

A definição de desinformação é um ponto crítico das discussões sobre a regulação de plataformas. Opositores das propostas apontam que a previsão de um controle desse tipo de conteúdo daria a governos uma ferramenta para silenciar seus críticos.

A nova proposta foi elaborada pelo Ministério da Justiça. Uma minuta foi apresentada na última sexta (24) a um grupo de trabalho com Casa Civil, AGU (Advocacia-Geral da União), CGU (Controladoria-Geral da União), Ministério da Fazenda e Secom (Secretaria de Comunicação Social).

Ainda restam divergências sobre o conteúdo e sobre o caminho político a seguir. Depois que houver con-

Continuação: Governo Lula discute novo projeto para redes com regras de remoção de conteúdo

senso sobre o mérito, a equipe de Lula vai decidir se apresenta ao Congresso a nova proposta ou se incorpora suas ideias a um projeto de parlamentares da oposição - o preferido é um texto do deputado Silas Câmara (Republicanos-AM).

O rumo escolhido pelo governo vai depender também da conclusão do julgamento no STF (Supremo Tribunal Federal) sobre o **Marco Civil** da Internet. A corte deve decidir se as big techs podem ser responsabilizadas por publicações de terceiros, mesmo que não haja decisão judicial.

A nova proposta recebeu, inicialmente, o nome de Marco Legal de Proteção de Usuários de Serviços Digitais. Detalhes do projeto em discussão foram obtidos pela Folha com autoridades de quatro ministérios que participam do grupo de trabalho.

De acordo com o texto em debate, as plataformas teriam que atuar de maneira abrangente na redução de riscos sistêmicos, o que englobaria a distribuição de desinformação e o discurso de ódio. Além disso, as empresas precisariam dar transparência aos termos de uso, ao funcionamento de algoritmos e a relatórios sobre moderação.

A proposta determina que a avaliação das publicações seja feita pelas plataformas a partir das regras definidas em lei. O governo, por sua vez, criaria um comitê com a função de fiscalizar o comportamento de cada plataforma.

Entre os possíveis participantes do grupo estariam a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), a ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados) e o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Eco-

nômica).

--

Principais pontos do texto em discussão

OBRIGAÇÕES DAS PLATAFORMAS

- * Dever de precaução prevenção Responsabilidade semelhante ao "dever de cuidado" da legislação europeia, com controle de conteúdo considerado ilícito
- * Redução de riscos sistêmicos Dever de combate à divulgação de desinformação em massa, discurso de ódio e conteúdo considerado extremista
- * Transparência Divulgação de termos de uso, algoritmos de recomendação, relatórios sobre moderação e auditorias externas

NÍVEIS DE RESPONSABILIDADE

- 1) Autorregulação: responsabilidade das plataformas na remoção individual de conteúdo ilícito
- 2) Notificações extrajudiciais: empresas atuam quando fossem notificadas em episódios casos de desinformação sobre políticas públicas;
- 3) Decisões judiciais: as plataformas só teriam o dever de agir sobre conteúdo jornalístico, proteção da reputação e ofensa à honra de agentes públicos.

Fiscalização pelo Estado Comitê de órgãos do governo teria função de fiscalizar comportamento geral de cada plataforma e punir empresas em caso de omissão.

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

3

Marco regulatório | INPI

4

Desenho Industrial

4

Marco Civil

6